

COMUDA
Conselho Municipal de Políticas Públicas para a Droga e o Álcool
V Reunião Ordinária
1 de julho, Ed. Martinelli – 10º andar

Presentes

MEMBROS TITULARES: CRISTINA MARIA VISCOME (SMADS), AIRTON JOSÉ MARANGON (SMC), LEONARDO PINHO (INCLUI MAIS), NATHÁLIA OLIVEIRA DA SILVA (É DE LEI), ANTÔNIO SÉRGIO GONÇALVES (SEDES), AIRTON JOSÉ MARANGON (SMC), CAIO IAMAGUCHI (SNJ), CLÁUDIO SILVA LOUREIRO (PROJ. QUIXOTE), BRUNO LOGAN (CRP), MARIA ELISABETH TASSINARI (CRF/SP), ROSÂNGELA ELIAS (SES), ELISABETH MASSUNO (SESP).

MEMBROS COM AUSÊNCIA JUSTIFICADA: CRISTIANO MARONNA (IBCCRIM)

DEMAIS PRESENTES: MARIA ANGÉLICA COMIS (SMDHC), MIRMILA MUSSE (SMS), JULIANA BUENO (SMDHC), VITOR BASTOS (SMDHC), TATIANA OKISHINA, (GAB. VEREADOR GEROGGE HATO), LÚCIA SOUZA (SES), VALDENICE CRISTINE (PREF. GUARULHOS), CRISTIANE S. SILVA (CONSULTÓRIO NA RUA), LILIAN REGINA GOMES DA SILVA (GCM).

Pauta

Apresentação de proposta para Seminário Internacional.

Manifestação do Comuda sobre afastamento de funcionária do CAPS-AD Complexo Prates.

Informes:

A Sra. Maria Angélica (SMDHC) começou a reunião abrindo espaço para informes e disse que as deliberações da reunião anterior já estão publicadas no site do COMUDA. O Sr. Leo Pinho (Inclui Mais) fez um convite, disse que no dia 18 de julho das 15h às 19h haverá o encontro estadual da ABRASME, dos movimentos de saúde mental. Disse que a reunião ocorrerá no CRP, Rua Arruda Alvim e pediu ajuda de divulgação das Secretarias. A Sra. Lúcia (SMS) informou que o De Braços Abertos já está em fase de descentralização e ampliação para o resto da cidade. O Sr. Leo Pinho (Inclui Mais) informou que ele, o Secretário Porto e a Sra. Cris Viscome visitaram um imóvel na Rua Dino Bueno para atividades de inclusão pelo trabalho e pela cultura, ao lado da sede da Brasil Gigante, e o Secretário Porto ficou de ver esses encaminhamentos. Disse que deu esse retorno para mostrar que parte do que foi cobrado em relação ao De Braços Abertos na última Reunião Ordinária já foi encaminhado por parte das Secretarias. A Sra. Maria Angélica (SMDHC) informou que no domingo foi inaugurado o projeto Cidadania nas Ruas da Luz e disse que as intervenções ocorrerão das 16h às 20h, de sábado a quinta-feira até 2015. A Sra. Cris Viscome (SMADS) disse que sexta-feira também deveria haver uma atividade, caso contrário a sexta-feira ficará muito centrada no pagamento. O Sr. Leo Pinho (Inclui Mais) perguntou se haverá apenas intervenções de artistas externos ou se a ideia é que haja uma busca-ativa dos usuários dos CAPS da

região para que também possam intervir. A Sra. Maria Angélica (SMDHC) disse que esta participação faz sim parte do projeto e que irá se reunir com os artistas na próxima semana para informá-los sobre como atuar com os usuários na perspectiva da redução de danos. A Sra. Juliana (SMDHC) disse que a concepção do programa no território é uma tentativa de que a comunidade seja sujeita da ressignificação da cidadania na região. O Sr. Leo (Inclui Mais) sugeriu que uma conversa com os equipamentos da assistência na região seria fundamental para incluir usuários que tem interesse por arte e cultura. A Sra. Maria Angélica (SMDHC) disse que um exemplo de que esse cuidado está sendo tomado é que conversou e apresentou o projeto aos trios. O Sr Adalberto (SMS), perguntou se o SESC ira participar. A Sra. Maria Angélica (SMDHC) disse que não tem essa informação, mas que irá consultar a Coordenação de Direito a Cidade.

Discussão

A Sra. Maria Angélica (SMDHC) disse que seria importante conversar a respeito da pauta emergencial que surgiu na ultima reunião, sobre a demissão de uma funcionaria de um CAPS-AD. O Sr. Leo (Inclui Mais) disse que no final do ano passado houve um conflito no complexo Prates entre usuários e funcionários e no início desse ano diversos Conselhos e movimentos fizeram uma assembléia dentro do Complexo com os usuários. Informou que após essa reunião eles concordaram que a violência não era a melhor forma de reagir e aceitaram marcar uma reunião com a Secretaria Luciana Temer, mas como os usuários não se sentiram à vontade para falar com a Secretaria, pediram para que a gerente do CAPS-AD falasse por eles nessa reunião. Relatou que após essa reunião houve uma melhora no serviço prestado, mas a instituição responsável pelo CAPS afastou a coordenadora compulsoriamente e só voltou atrás diante de um posicionamento da Coordenação de Saúde Mental da Secretaria de Saúde. No entanto, relatou que a instituição acabou demitindo funcionárias sem que elas tivessem tempo para falar com os usuários, ignorando o vínculo construído pelos profissionais. Disse que isso alterou o quadro clínico dos usuários e que o processo de demissão foi feito sem justa causa e mesmo assim os profissionais não tiveram acesso aos usuários. Ressaltou que a pauta de hoje era para pedir um posicionamento oficial do Comuda. A Sra. Lúcia (SMS) disse que a Coordenadoria de Saúde Mental recebeu um abaixo assinado com 60 assinaturas de pacientes reclamando dessas demissões e pedindo que sejam revistas. Disse que apóiam os usuários e o serviço. O Sr. Antônio Sérgio (Sedes) disse que teve uma reunião com os coordenadores dos CAPS do Centro e com a Myres e quando esse assunto surgiu ela disse que esse problema não se dá exclusivamente com o relacionamento com esse parceiro, dado o não entendimento que a parceria é para execução do serviço, mas a gestão é da política pública. A Sra. Lúcia (SMS) disse que esta presente hoje justamente porque a Sra. Myres está em uma reunião externa com esse tema. O Sr. Leo (Inclui Mais) disse que os usuários e movimentos estão pedindo a readmissão dos funcionários. Sra. Maria Angélica (SMDHC) disse que é importante que o Conselho de Saúde se envolva nesse debate, pois enquanto COMUDA não temos a prerrogativa de influenciar tanto essa questão apesar de se tratar de um CAPS álcool e drogas, a Saúde precisa ser fortalecida nesse debate. O Sr. Adalberto (SMS) disse que a Sra. Myres tem claro que os profissionais prestadores são do SUS e não dos prestadores do convênio, mas que é um processo a ser construído. O Sr. Sérgio (Sedes) informou que um usuário foi até o CAPS-AD Centro bastante intoxicado e nervoso sobre a perda do vínculo com a funcionária Laura, com medo de ter seu acompanhamento abandonado. O Sr. Adalberto (SMS) disse que às vezes os próprios funcionários acreditam ser funcionários das OS, mas eles são funcionários SUS. O Sr. Leo (Inclui Mais) disse que 5 usuários do Prates perguntaram para ele se não poderiam ir para o

CAPS-AD Sé, e isso é péssimo para a perspectiva do território. Informou que isso já aconteceu na rede antes, no CAPS Itapeva, quando mais de 10 usuarios decidiram que não queriam mais ser atendidos lá. A Sra. Maria Angélica (SMDHC) disse que isso é inconcebível na saúde mental, e sugeriu que pensássemos em uma Comissão Temática para fazer o acompanhamento dessa demanda. O Sr. Caio (SNJ) disse que houve um tensionamento no início da gestão com as OS e acha que há uma disritmia entre a administração e os conveniados, e no seu entender isso poderia ser solucionado de forma mais harmoniosa. Disse acreditar que isso não é necessariamente uma divergência quanto à política, mas que talvez falte um esforço no sentido do diálogo, a fim de checar se os serviços estão sendo prestados de acordo com os convênios, e acredita que essa comissão talvez tenha que imprimir esforços no diálogo e na supervisão. Sr. Leo Pinho (Inclui Mais) disse que sente às vezes uma confusão sobre o que é o SUS, disse que ele é um sistema público 100%, o que é diferente de ser 100% estatal. Disse que ele faz parte da comissão do marco regulatório nacional das organizações da sociedade civil e o SUS e o SUAS foram construídos a partir das contribuições da sociedade civil, e essas organizações podem contribuir para esse serviço, o que não pode ocorrer é que as entidades sejam as gestoras do sistema. Ele se propôs a trazer o novo marco regulatório para a plenária, que se passar da maneira que está mudará essa perspectiva. Sugeriu que o Comuda se manifeste em apoio à coordenação de saúde mental e da coordenação centro-oeste para que os trabalhadores sejam readmitidos, uma vez que a coordenação de saúde mental está com a posição de se colocar pela readmissão. Disse que acha que o COMUDA deve falar que apóia a decisão da coordenação de saúde mental e a coordenação da centro-oeste no processo de readmissão dos trabalhadores SUS e contra qualquer perseguição de funcionários em outros serviços de São Paulo. O Sr. Adalberto (SMS) concordou, uma vez que o motivo da demissão vai contra a diretriz da própria coordenadoria. O Sr. Caio (SNJ) disse que, em relação ao episódio, já é posicionamento do governo enquadrar a conduta da entidade, portanto acha que uma moção de apoio é válida. O Sr. Adalberto (SMS) disse que estão operando ainda sob um contrato passado, até por conta de questões de conjuntura, pois não há como parar o serviço na troca de gestão e alguns contratos foram renovados automaticamente para garantir o serviço, mas no final desse ano ocorrerão novos chamamentos e os contratos terão novas bases. Informou que a coordenação de saúde mental opera na lógica da redução de danos e apesar disso algumas O.S. trabalham na perspectiva da abstinência. Disse que há o campo do convencimento, já que os contratos são antigos e há a possibilidade de pactuar nos contratos novos essa prestação de serviços. Disse que o SUS prevê em determinados momentos e situações que o poder publico contrate serviços, mas o problema é que houve um aumento de 1 terço de O.S. na gestão da Marta Suplicy para 2 terços na gestão Kassab-Serra. O Sr. Caio (SNJ) questiona como o COMUDA poderia reforçar e contribuir para essa avaliação. A Sra. Lúcia (SMS) disse que os contratos novos estão passando inclusive pelo MP. A Sra. Nathália (É de Lei) disse que seria importante a apropriação desses novos contratos uma vez que significarão uma mudança na perspectiva do município. A Sra. Juliana (SMDHC) disse que há pouco subsídio material para agora darmos uma moção de apoio ou repudio sobre o que está ocorrendo no Prates. Disse que há um processo que a Saúde está cuidando agora então evidente que isso está sendo trabalhado. O Sr. Adalberto disse que acha que esse apoio é bem-vindo. O Sr. Leo (Inclui Mais) disse que o Conselho pode lidar apenas com questões generalistas, mas que há uma questão objetiva que deve ter atenção e o COMUDA deve se manifestar e encaminhar esse posicionamento a todas as parceiras. Disse que outra questão é se vamos fazer uma discussão sobre os modelos de contrato. A Sra. Lúcia

(SMS) disse que essa é uma discussão que ocorre há muito tempo e que toda força é fundamental. O Sr. Sérgio (Sedes) disse que precisa ficar claro que o que regula e organiza é o SUS, portanto sugeriu uma moção de apoio à coordenação que não aceite ações unilaterais de parceiros na gestão da política pública. Disse que no Sedes há um observatório de saúde mental e chegam questões de supervisores das administrações diretas que não podem acessar devidamente a unidade sem autorização prévia do parceiro. Portanto a moção está de bom tamanho para condenar ações unilaterais, usando como exemplo o caso do Prates. O Sr. Caio (SNJ) disse que poderíamos propor uma comissão que estabeleça um diálogo com o Conselho de Saúde. Disse que seria importante garantir dentro dos contratos as diretrizes da política de drogas da gestão. O Sr. Sérgio (Sedes) faz um questionamento a respeito da eleição da mesa diretora. O Sr. Leo (Inclui Mais) disse que na próxima reunião ordinária devemos debater as questões da mesa diretora e das comissões, por isso podemos deixar esse encaminhamento para a próxima reunião. A Sra. Maria Angélica (SMDHC) conclui o ponto de pauta sugerindo que seja feita essa moção de apoio à coordenação. Sugeriu como teto para a reunião 16h30 para dar andamento a discussão sobre o Seminário Internacional. O Sr. Airton (SMC) levantou um questionamento quanto ao aspecto trabalhista do caso, uma vez que caso não ocorra a reintegração dos profissionais, o Comuda terá que lidar com esse posicionamento. O Sr. Adalberto (SMS) disse que a reintegração do profissional é o posicionamento da coordenação, que apóia os 60 pacientes que assinaram um manifesto pela volta desses profissionais demitidos. O Sr. Caio (SNJ) disse que ainda não houve um desdobramento desse caso específico uma vez que o governo já se posicionou enquanto Coordenação e Secretaria de Saúde. Ressaltou que se nos posicionarmos sobre o caso específico abre-se um espaço para que qualquer caso específico possa ser submetido à análise do Conselho. A Sra. Massuno (SESP) disse que, olhando o regulamento do Comuda, acha que o Conselho não tem a prerrogativa de se posicionar em relação à recondução ou não de funcionários. Em relação à moção disse ser necessário que existam precedentes para nos posicionarmos. A Sra. Nathalia (É de Lei) disse que a moção de apoio não quer tratar a questão dos editais antigos. Disse que, enquanto COMUDA, há uma preocupação relativa ao Complexo Prates, que recebe uma série de usuários de drogas da região e que possui parceria com o Programa De Braços Abertos. Ressaltou que essas demissões não atingiram apenas os trabalhadores, mas também a continuidade no tratamento dessas pessoas, que pode interferir no programa municipal e na vida deles. Disse que esse conselho se preocupa com essas 60 pessoas que assinaram o abaixo-assinado e é nessa perspectiva que o Conselho tem que pensar a moção, e nesse sentido podemos dizer que é prejudicial aos usuários se não nos posicionarmos. A Sra. Polyana (SNJ) fez uma sugestão de encaminhamento para que alguém escreva uma minuta dessa nota para que possamos discutir essa proposta na próxima reunião do Comuda. A Sra. Juliana (SMDHC) discordou e disse que avançamos um pouco na concepção do que poderíamos falar, pois a questão do Complexo Prates é muito importante e a Coordenação de Saúde Mental trouxe questões importantes para a reunião, inclusive se manifestaram a favor do apoio do Comuda. Sugeriu não citar nomes, mas deixar explícito que apoiamos a política que a Coordenação de Saúde Mental está levando, pois a readmissão está prejudicando a execução da política e sabemos que não é uma questão trabalhista. A Sra. Maria Angélica (SMDHC) disse que essa demissão é uma violação ao direito do indivíduo de manter o tratamento dele, pois uma quebra de vínculo prejudica o tratamento desse usuário. A Sra. Massuno (SESP) questionou como que em questões práticas a contratadora pode re-contratar a funcionária. O Sr. Leo disse que foi gestor das três instâncias e disse que é muito simples e que há diversos mecanismos na legislação.

Disse que não estão falando de contratos e que o Complexo Prates está passando por uma situação e sendo acompanhado pelo órgão legítimo que é o único que pode se prejudicar desse posicionamento, a Coordenação de Saúde Mental. Pontuou que os usuários do serviço fizeram uma carta e estão desesperados porque foi uma ruptura com eles já que a instituição não permitiu que os profissionais se despedissem dos usuários. Sugere que a moção tome o cuidado de dizer que o Comuda esta fortalecendo a posição da coordenação principal que é a instituição legítima para tratar essa questão e que não concorda com essa demissão e a ruptura de vínculos. A Sra. Maria Angélica sugeriu que encaminhássemos uma minuta para os Conselheiros nessa semana. A Sra. Nathalia sugeriu encaminhar a minuta até amanhã. A Sra. Juliana sugeriu que fizéssemos um Google Docs para construir a moção de forma colaborativa. Todos concordaram.

Encaminhamentos e Decisões:

Moção de apoio à Coordenação de Saúde Mental

Discussão sobre o Seminário Internacional e eleição da mesa diretora na próxima Reunião Ordinária